# ENTRE CLAUSURA E CIRCULAÇÃO: SOR JUANA, MATRONATO E A POLÍTICA DO ARQUIVO

## BETWEEN CLOISTER AND CIRCULATION: SOR JUANA, MATRONAGE, AND THE POLITICS OF THE ARCHIVE

Carla Cristina Garcia*
ca-cris@uol.com.br

RESUMO: O artigo reinscreve Sor Juana Inés de la Cruz na história das mulheres e do gênero na América Hispânica colonial, enfatizando matronato, redes de circulação e a política do arquivo. Combina análise textual e paratextual com aportes feministas, queer e decoloniais para sustentar que a autoria sorjuanina se fez por meio de infraestruturas femininas (mecenato, epistolografia, paratextos) que negociaram constrangimentos eclesiásticos e coloniais. Metodologicamente, propõe um mini-protocolo replicável (rastreio onomástico, parentesco como metadado, cruzamento função/ofício, leitura de paratextos e documentação do método), tratando o arquivo como campo de poder. A "hipótese amorosa" Sor Juana–Paredes é discutida como hipótese robusta, não prova positivista, com base convergente em cartas, poética dirigida a "Lysi" e sociabilidades conventuais. Ao deslocar o foco da exceção para a estrutura, o estudo oferece parâmetros comparativos (México, Andes, Cone Sul, Brasil) para repensar autoria feminina, circulação de saberes e critérios de leitura de fontes coloniais.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia feminista; Arquivo colonial; Sor Juana Inés de la Cruz.

ABSTRACT: This article repositions Sor Juana Inés de la Cruz within the history of women and gender in colonial Spanish America, emphasizing female matronage, circulation networks, and the politics of the archive. It combines textual and paratextual analysis with feminist, queer, and decolonial frameworks to argue that Sor Juana's authorship emerged through female in frastructures (patronage, epistolary exchange, paratexts) that negotiated ecclesiastical and colonial constraints. Methodologically, it advances a replicable mini-protocol (expanded name-tracing, kinship as metadata, function/office cross-indexing, systematic reading of paratexts, and method documentation), approaching the archive as a field of power. The Sor Juana–Paredes "love hypothesis" is treated as a robust hypothesis—rather than positivist proof—grounded in convergent evidence from letters, poetry addressed to "Lysi," and convent sociabilities. By shifting attention from exception to structure, the study offers comparative parameters (Mexico, Andes, Southern Cone, Brazil) to rethink female authorship, knowledge circulation, and interpretive criteria for colonial sources.

KEYWORDS: Feminist historiography; Colonial archive; Sor Juana Inés de la Cruz.

### *Introdução*

A trajetória intelectual de Sor Juana Inés de la Cruz (1648–1695) inscreve-se no cruzamento entre história das mulheres, relações de gênero e sexualidades na América Hispânica colonial. Monja hieronimita, poeta e intelectual novohispana, Sor Juana construiu uma obra que desafia fronteiras disciplinares e tensiona os limites impostos às mulheres letradas do século XVII. Lida ora como exceção genial protegida pelo mecenato, ora como vítima das pressões eclesiásticas, sua figura foi objeto de disputas interpretativas que revelam tanto a força quanto as armadilhas das narrativas historiográficas dominantes.

* Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pós-doutorada pelo Instituto José Maria Mora (México, DF). Professora da PUC-SP.



Recebido em 15 de agosto de 2025
Aprovado em 10 de dezembro de 2025

Este artigo propõe revisitar a obra e a recepção crítica de Sor Juana a partir de perspectivas feministas, queer e decoloniais, entendendo-a não como autora isolada, mas como parte de redes de sociabilidade e alianças femininas que atuaram na produção e circulação de saberes no mundo colonial. A análise se ancora no conceito de colonialidade de gênero formulado por María Lugones (2008), articulando-o a reflexões sobre escrita cifrada e estratégias discursivas subversivas (Ludmer, 1984) e ao debate sobre heteronormatividade e racialização nas epistemologias latino-americanas (Curiel, 2013; Butler, 2004; Rich, 1980).

O recorte geográfico privilegia a Nova Espanha, mas insere o caso de Sor Juana em um panorama transatlântico que envolve Espanha, América colonial e redes intelectuais que cruzavam oceanos. O recorte temporal abrange desde o século XVII, com a produção e publicação de sua obra, até a historiografia contemporânea, incluindo interpretações pioneiras de Dorothy Schons (1920–1930), a leitura consagrada e controversa de Octavio Paz (1982) e críticas feministas recentes como as de Stephanie Merrim (1999), Alicia Gaspar de Alba (1999/2014) e María Milagros Rivera Garretas (2018/2019.

Do ponto de vista metodológico, o estudo articula análise textual de fontes primárias — cartas, poemas, a *Respuesta a Sor Filotea* e paratextos editoriais como a *Inundación castálida* (1689) — com leitura crítica da historiografia. Essa abordagem enfatiza tanto os conteúdos quanto as condições de produção, circulação e preservação dessas fontes, reconhecendo que a história das mulheres na América Latina exige também interrogar os filtros e silenciamentos do arquivo.

Nesse sentido, o presente artigo constitui a primeira sistematização parcial de um conjunto mais amplo de leituras e análises em andamento, voltadas ao estudo da produção e circulação da obra de Sor Juana Inés de la Cruz a partir de suas edições e documentos primários. A pesquisa mobiliza, como corpus principal, a *Respuesta a Sor Filotea de la Cruz* e a *Inundación castálida* (1689), consultadas em edições críticas e fac-similares que preservam a materialidade textual e paratextual — em especial a edição anotada de Méndez Plancarte (1951) e as versões digitalizadas disponíveis na Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. Esses recursos permitem manter o contato com a configuração gráfica, os paratextos e a paginação originais, fundamentais para compreender os modos de circulação e legitimação da autora.

A investigação também recorre ao Portal de Archivos Españoles (PARES) e à Biblioteca Digital del Patrimonio Iberoamericano (BDPI), cujos acervos oferecem

documentação histórica e iconográfica indispensável para reconstituir o contexto editorial, jurídico e cultural da época. De forma complementar, o Harry Ransom Center (University of Texas at Austin) disponibiliza a coleção *Dorothy Schons Papers (1913–1960)* — manuscritos inéditos, correspondência e anotações de pesquisa da filóloga e hispanista norte-americana pioneira nos estudos sobre Sor Juana —, permitindo rastrear interpretações críticas anteriores ao marco canônico de Octavio Paz e identificar aproximações protofeministas na leitura da autora.

Por fim, o projeto Project Vox (Duke University) oferece uma plataforma de difusão acadêmica voltada à recuperação de filósofas e intelectuais marginalizadas pela historiografia tradicional. Sua inclusão neste estudo reforça a perspectiva de inscrever Sor Juana em uma genealogia crítica feminista transnacional, articulando a análise textual às redes de circulação de ideias no mundo atlântico.

Essa combinação de fontes impressas, arquivos digitais e iniciativas de preservação e difusão de autoria feminina permite não apenas reconstruir o itinerário material das obras, mas também repensar os modos de inscrição de Sor Juana no cânone, problematizando as narrativas críticas hegemônicas.

Ao inserir Sor Juana no horizonte de uma história das mulheres e das relações de gênero na América Latina, o artigo busca não apenas restituir a densidade histórica e simbólica de sua figura, mas também contribuir para debates mais amplos sobre agência feminina, redes intelectuais e disputas pela autoridade da palavra escrita em contextos coloniais. Assim, dialoga diretamente com o eixo temático do presente dossiê, reafirmando a relevância de uma leitura interseccional e decolonial para compreender trajetórias que, como a de Sor Juana, permanecem centrais para repensar o passado e projetar horizontes para uma história mais plural e inclusiva.

A escrita da história das mulheres na América Hispânica colonial constitui, ao mesmo tempo, um desafio metodológico e uma tomada de posição política no campo historiográfico. Como argumenta Joan W. Scott (1986), tratar do gênero na história não significa simplesmente inserir novos sujeitos na narrativa tradicional, mas problematizar os próprios alicerces epistemológicos que sustentam as formas consagradas de produção do conhecimento histórico. No contexto colonial latino-americano, essa problematização exige enfrentar a interseção entre duas estruturas de dominação — o patriarcado e o colonialismo

— que, combinadas, moldaram profundamente as condições de possibilidade para a ação e a expressão das mulheres.

*1. A escrita da história das mulheres na América Hispânica colonial*

A historiografia sobre a América Hispânica colonial passou, ao longo das últimas cinco décadas, por um processo de transformação significativo em relação à presença das mulheres como sujeitos históricos. Se, até a década de 1970, as narrativas eram marcadamente androcêntricas, com eventuais aparições femininas restritas a personagens excepcionalizadas ou estigmatizadas, os avanços da história social e cultural, aliados à emergência dos estudos feministas e de gênero, ampliaram os horizontes interpretativos e metodológicos.

As primeiras incursões sistemáticas nesse campo, na América Latina, foram fortemente influenciadas pelo contexto internacional de renovação historiográfica, que incluiu a *women's history* nos Estados Unidos e na Europa. Entretanto, como observa Asunción Lavrín (1995), o estudo das mulheres na América colonial não poderia simplesmente transpor modelos estrangeiros. Era necessário incorporar a especificidade do contexto colonial, atravessado por dinâmicas de conquista, evangelização, mestiçagem e escravidão, nas quais gênero, raça e classe se entrelaçavam de modo singular.

*1.1 Do silêncio à visibilidade crítica*

A transição do silêncio historiográfico para uma visibilidade crítica das mulheres não se deu de forma linear nem implicou, necessariamente, uma revisão profunda das estruturas narrativas. Por exemplo, na América Hispânica, o reconhecimento de figuras como Sor Juana Inés de la Cruz — poeta, intelectual e religiosa novohispana do século XVII, cuja obra desafiou as limitações impostas à erudição feminina —, Catalina de Erauso — conhecida como "a monja *alférez*", que viveu travestida de homem, atuando como soldado no exército espanhol —, ou Inés Suárez — conquistadora espanhola que participou ativamente da fundação de Santiago do Chile no século XVI —, embora importante para visibilizar trajetórias femininas, nem sempre implicou um questionamento das estruturas que as tornaram exceções.

Com frequência, essas personagens são apresentadas como casos extraordinários, anomalias toleradas ou mesmo celebradas justamente por sua singularidade, sem que isso se traduza em uma crítica sistemática aos paradigmas historiográficos que as isolaram de outras experiências femininas. Em muitos casos, tais recuperações operaram como ilustrações

pontuais de mulheres notáveis inseridas numa narrativa que permaneceu ancorada nos mesmos pressupostos patriarcais e coloniais.

Como alerta Bonnie G. Smith (1998), a simples multiplicação de referências a mulheres nas narrativas históricas não garante, por si só, uma transformação epistemológica; sem uma revisão crítica das categorias, métodos e hierarquias que sustentam a historiografia, corre-se o risco de reforçar, e não de desestabilizar, o modelo interpretativo hegemônico. Assim, essas figuras, embora simbolizem agências singulares e resistências localizadas, são frequentemente enquadradas por discursos que naturalizam a excepcionalidade feminina e obscurecem as experiências cotidianas e coletivas das mulheres comuns, perpetuando a lógica de invisibilização e apagamento já apontada por Socolow (2015) e Lavrín (2008).

*1.2 Interseccionalidade e colonialidade de gênero*

A incorporação da categoria de gênero como ferramenta analítica, proposta por Joan W. Scott (1986), permitiu redefinir a maneira como se aborda a história das mulheres. No contexto latino-americano, essa abordagem foi ampliada pela noção de colonialidade de gênero, formulada por María Lugones (2008), que evidencia como o sistema colonial impôs uma matriz de poder que racializou e hierarquizou as relações entre os sexos. A partir dessa perspectiva, a marginalização das mulheres não é apenas uma questão de invisibilidade, mas resultado de um projeto político-epistêmico que as relegou a posições subalternas e desautorizou suas formas de conhecimento.

*1.3 Mulheres intelectuais no período colonial*

Embora as barreiras estruturais ao acesso feminino à educação fossem quase intransponíveis no período colonial, casos como o de Sor Juana Inés de la Cruz, Madre Francisca Josefa del Castillo (Colômbia) e Úrsula de Jesús (Peru) mostram que, em condições específicas, algumas mulheres conseguiram inserir-se no debate intelectual e espiritual de seu tempo. Sor Juana, no célebre texto *Respuesta a Sor Filotea* de la Cruz (1691), proclama com ousadia sua busca pelo conhecimento:

> Yo no estudio para escribir, ni menos para enseñar (que fuera en mí desmedida soberbia), sino sólo por ver si con estudiar ignoro menos. Así lo respondo y así lo siento. (Cruz, 1957, t. IV, p. 446)

Essa declaração revela um desejo de aprender genuíno, expressado com humildade e ambição intelectual, ainda que vinculado ao âmbito eclesiástico. Já Madre Francisca Josefa del Castillo (1671–1742) escreveu sua autobiografia espiritual — *Su vida* — entre 1713 e 1724, por solicitação do padre Diego de Tapia, e foi preservada por sua circulação manuscrita na biblioteca espiritual do convento (Castillo, Su vida, ed. Biblioteca Ayacucho, 2007).

Nesse cenário, marcado por barreiras institucionais e por espaços de aprendizado confinados ao universo conventual ou a círculos restritos de instrução privada, algumas mulheres conseguiram construir trajetórias intelectuais singulares graças a redes de sociabilidade letrada e ao apoio de patronos e patronas. Essas conexões, muitas vezes compostas por outras mulheres — religiosas, nobres ou mecenas —, criavam canais de circulação de textos e ideias que escapavam parcialmente ao controle oficial, mas ainda operavam sob vigilância difusa.

É nesse entrecruzamento de restrições e estratégias que se insere a experiência de Sor Juana Inés de la Cruz, cuja formação e produção literária só podem ser plenamente compreendidas à luz dessas redes intelectuais e dos pactos de proteção que lhe permitiram transitar, com notável habilidade, pelos limites impostos às mulheres letradas no México colonial.

*2. Sor Juana Inés de la Cruz: redes intelectuais, mecenato feminino e disputas interpretativas*

Embora situada no claustro do convento de San Jerónimo, na Cidade do México, Sor Juana manteve uma intensa correspondência e trocas literárias com intelectuais, clérigos, diplomatas e nobres, tanto na Nova Espanha quanto na metrópole espanhola. Essas redes operavam por meio da circulação manuscrita e impressa, com poemas, autos sacramentais e cartas que chegavam a cortes, salões aristocráticos e academias literárias.

A preservação e difusão desses textos só foi possível graças à atuação de intermediários — entre eles, mulheres que ocupavam posições de poder social e simbólico, como a Condessa de Paredes, María Luisa Manrique de Lara y Gonzaga, vice-rainha da Nova Espanha, que se tornou matrona, amiga íntima e destinatária de várias composições poéticas de Sor Juana.

Pesquisas como as de Electa Arenal e Amanda Powell (2009) destacam que essa relação, além de afetiva, foi também um elo decisivo para a publicação da *Inundación castálida* (1689) em Madrid, primeira coletânea de Sor Juana, organizada e financiada sob os auspícios da Condessa. Nesse sentido, o mecenato feminino não foi apenas um suporte material, mas um mecanismo de legitimação intelectual e de entrada em circuitos letrados transatlânticos.

### *2.1 Mecenato feminino e poder simbólico*

Mais do que apoio pontual, o mecenato exercido por mulheres funcionou como capital simbólico capaz de converter prestígio cortesão em circulação de textos e consolidação de autorias femininas. No caso novohispano, a rede articulada pela vice-rainha María Luisa Manrique de Lara y Gonzaga, condessa de Paredes — a "Lysi" de Sor Juana — é exemplar.

Em carta de 30 de dezembro de 1682, enviada da Cidade do México à duquesa de Aveiro, María Guadalupe de Lencastre, Lysi relata a visita ao Convento de São Jerônimo: "Pues otra cosa de gusto que la visita de una monja que hay en San Jerónimo que es rara mujer no la hay." Essa admiração rapidamente se converteu em gesto decisivo para a trajetória literária da autora. Como observam Calvo e Colombi (2015, p. 87),

Ao reconstituírem a complexa logística editorial transatlântica que levou *Inundación castálida* a Madrid, Hortensia Calvo e Beatriz Colombi, propõe reconstruir redes transatlânticas e dimensionando o lugar da mulher no século XVII hispânico, reinscrevendo mecenas e autora na cartografia intelectual do período, demonstrando como essas mediações deslocaram escritos gerados em espaços tradicionalmente não públicos — o claustro e o circuito manuscrito — para o centro metropolitano de legitimação.

A trajetória inicial de Sor Juana também se beneficiou da vice-rainha Leonor Carreto e do ambiente cortesão dos marqueses de Mancera (1664–1673), decisivos para sua inserção na sociabilidade letrada e revela a importância de redes femininas na Nova Espanha. O círculo cortesão dos marqueses de Mancera e, em particular, a atuação de Leonor Carreto como mediadora de sociabilidades literárias serviram de ponte entre a produção conventual e a legitimação pública da jovem Sor Juana (PROJECT VOX, 2024).

Essas redes epistolares e de matronato não apenas favoreceram a circulação de sua obra, mas também contribuíram para a formação de uma genealogia crítica feminista

transnacional, na qual a produção intelectual feminina se articulava a afetos, alianças políticas e estratégias de resistência à lógica patriarcal.

Neste sentido, pode-se dizer que quando o mecenato é exercido por mulheres, ele não apenas ampara a produção textual; ele reconfigura os circuitos de consagração, tensionando a hierarquia patriarcal e abrindo fissuras por onde a autoria feminina se torna visível — e disputada.

Nessa ambiência, recompõe-se a ecologia do mecenato feminino no vice-reino: mulheres com capital simbólico e posições estratégicas conectavam claustros, salões e instâncias censoras, negociando licenças e paratextos e abrindo rotas de circulação para autoras (Lavrín, 1995). Vistas em sequência — Mancera e, depois, Paredes —, tais redes sugerem continuidade histórica mais que exceções isoladas: um sistema de mediações femininas que combinava autoridade social, curadoria textual e logística editorial.

*2.1.1 Estudo de caso — Cartas de Lysi: mecenato e circulação transatlântica*

O dossiê epistolar editado por Hortensia Calvo e Beatriz Colombi, *Cartas de Lysi. La mecenas de Sor Juana Inés de la Cruz en correspondencia inédita* (2015), reúne cartas autógrafas da condessa de Paredes (María Luisa Manrique de Lara y Gonzaga) e oferece estudo preliminar, estabelecimento de texto e notas, iluminando a mediação feminina que levou *Inundación castálida* a Madrid e, com isso, deslocou escritos produzidos no claustro e no circuito manuscrito para o centro metropolitano de legitimação.

Na correspondência de 30 de dezembro de 1682 à duquesa de Aveiro, Paredes registra a assiduidade e o prazer das visitas: “Pues otra cosa de gusto que la visita de una monja que hay en San Jerónimo que es rara mujer no la hay” (Calvo; Colombi, 2015, p. 172). Insiste ainda na excepcionalidade intelectual de Sor Juana: “Yo me holgara mucho de que tú la conocieras… porque en todas ciencias es muy particular” (Calvo; Colombi, 2015, p. 172).

Em chave biográfica, sintetiza o percurso religioso: “Y ella, queriendo huir los riesgos del mundo, se entró en las carmelitas… con que se pasó a San Jerónimo” (Calvo; Colombi, 2015, p. 178). E deixa entrever um circuito de convivência e inclinação afetiva: “Yo suelo ir allá algunas veces… y gastamos muchos en hablar de ti, porque te tiene grandísima inclinación” (Calvo; Colombi, 2015, pp. 177–178).

Lidas em conjunto — e com a devida cautela para evitar anacronismos —, essas passagens compõem um retrato íntimo no qual admiração, assiduidade atravessam a etiqueta cortesã e tangenciam o léxico da *amistad* particular. Em diálogo com a historiografia sobre sociabilidades conventuais e vínculos entre mulheres (Lavrín, 1995; Burns, 1999; Cano, 2010), o conjunto epistolar evidencia infraestruturas femininas de circulação — rotas, intermediários, paratextos — e uma política afetiva que sustenta a legitimação da autora. Em termos analíticos, a condessa atua como matrona no sentido forte: curadora de sociabilidades, prestígio e circulação, convertendo capital cortesão em capital literário e viabilizando a projeção transatlântica de *Inundación castálida* e da própria figura sorjuanina.

Uma cautela filológica é crucial para evitar anacronismos: termos como *amistad particular* e *afecto espiritual* pertencem a repertórios normativos específicos do século XVII, com espessura teológica e moral que não se superpõe de modo direto às categorias contemporâneas de sexualidade. Por isso, opta-se por manter os termos originais no corpo do texto, com tradução entre colchetes apenas quando necessário, e por ancorar a interpretação nos contextos documentais (cartas, paratextos, regulae, pareceres) em que esses vocábulos aparecem (Calvo; Colombi, 2015; Arenal; Powell, 1994).

Em termos metodológicos, isso supõe articular: (a) crítica textual (variantes e materialidade editorial), (b) leitura contextual de gêneros administrativos e devocionais, e (c) abordagem de gênero no sentido de Scott — como categoria que organiza significados e não apenas descreve diferenças (Scott, 1986; Burns, 2010). Assim, a semântica de época é tratada como dado histórico, e não como espelho de categorias atuais.

Tratar o arquivo como campo de poder (Burns, 2010) e reconhecer os momentos do silêncio na fabricação da história (Trouillot, 1995) implicam responsabilidades de método: explicitar critérios de busca, normalizações e incertezas; registrar negativos heurísticos; e manter distinção entre descrição filológica e inferência interpretativa. Ao lado disso, reter a categoria gênero no sentido de Scott (1986) — como operador de significados — minimiza anacronismos quando termos de época (por exemplo, *amistad* particular) parecem convergir com vocabulários contemporâneos. O conjunto dessas práticas não neutraliza o viés do arquivo, mas torna-o visível e auditável, produzindo um pacto de leitura replicável para outras séries documentais coloniais.

*2.2 Disputas interpretativas e chaves teóricas: de Schons e Paz à colonialidade de gênero*

A compreensão da trajetória de Sor Juana Inés de la Cruz exige um diálogo com as epistemologias feministas, queer e decoloniais, capazes de desmontar os enquadramentos tradicionais que a reduziram à condição de exceção ou vítima resignada. A colonialidade de gênero, tal como formulada por María Lugones (2008), fornece um eixo fundamental para essa análise: o sistema moderno/colonial produziu uma matriz de opressões que articulou raça, gênero, classe e sexualidade, redefinindo papéis e hierarquias segundo lógicas eurocêntricas.

O deslocamento interpretativo começa com Dorothy Schons, filóloga e hispanista norte-americana, que, nas décadas de 1920 e 1930, rompeu com a leitura moralista ao situar Sor Juana como intelectual que negociava ativamente com as normas de gênero, os limites da Igreja e da Coroa. Em textos como *Some Obscure Points in the Life of Sor Juana Inés de la Cruz* (1926) e no manuscrito inédito *Sor Juana: A Chronicle of Old Mexico*, Schons identificou a escrita como forma de agência política e destacou as redes femininas como condição de possibilidade para a circulação literária. Ela afirmava já em 1926 que a biografia de Sor Juana... ainda estava para ser escrita e, no ano seguinte, cunhou a expressão a primeira feminista do Novo Mundo. Embora não utilizasse a terminologia feminista contemporânea, antecipou debates sobre subjetividade, resistência intelectual e produção coletiva de saber.

Quase sessenta anos depois, Octavio Paz publicou seu monumental estudo *Sor Juana Inés de la Cruz o las trampas de la fe* (1982), propondo restaurar ao seu mundo a vida e a obra da monja — um gesto crítico que reordenou o campo sorjuanista e adquiriu estatura canônica. Sua leitura, de alto valor literário e documental, consagrou a armadilha como metáfora da inevitável submissão de Sor Juana à autoridade eclesiástica, interpretando sua trajetória sob o signo da derrota final. Feministas como Stephanie Merrim e Alicia Gaspar de Alba problematizaram essa abordagem por sua filiação implícita a uma narrativa teleológica e patriarcal. Merrim adverte que

Essas leituras críticas evidenciam que, ao privilegiar um enredo de clausura e renúncia, Paz silencia aspectos centrais da experiência sorjuanina, como o papel do matronato, a circulação transatlântica de seus textos e sua habilidade em negociar espaços de poder. Nesse sentido, a crítica feminista propõe deslocar o foco da armadilha para as estratégias de sobrevivência, resistência e intervenção cultural que Sor Juana mobilizou,

reabrindo o debate sobre sua posição no cânone e sobre a própria metodologia historiográfica aplicada à sua obra.

Josefina Ludmer oferece uma chave interpretativa decisiva: lê a Respuesta como um laboratório de "truques dos fracos "— um dispositivo retórico em que" Esse estratagema... separa o campo do dizer (a lei do outro) do campo do conhecimento (minha lei) ", articulando acatamento e confronto. À luz da colonialidade de gênero, estes "truques não significam conformismo: são técnicas de sobrevivência e de enunciação crítica que operam dentro e contra as gramáticas coloniais do poder, abrindo frestas de autoria feminina em instituições atravessadas por hierarquias de gênero e raça — a Igreja, a corte e as letras.

A base documental mais sólida para pensar a hipótese amorosa entre Sor Juana e María Luisa Manrique de Lara, Condessa de Paredes, está nas cartas autógrafas reunidas em Cartas de Lysi (CALVO; COLOMBI, 2015). Nelas, registra-se um convívio assíduo e um léxico de admiração e inclinação que excede a cortesia patronal: Pues otra cosa de gusto que la visita de una monja que hay en San Jerónimo que es rara mujer no la hay (Calvo; Colombi, 2015, p. 172); Yo me holgara mucho de que tú la conocieras… porque en todas ciencias es muy particular (Calvo; Colombi, 2015, p. 172); Yo suelo ir allá algunas veces… y gastamos muchos en hablar de ti, porque te tiene grandísima inclinación (Calvo; Colombi, 2015, pp. 177–178). Essas passagens, cotejadas filologicamente, sustentam o uso analítico do léxico de amistad particular (Lavrín, 1995; 2008) e se articulam à história social do claustro como espaço ambíguo de sociabilidade (Burns, 1999).

Não menos relevante é o repertório poético dirigido a "Lysi" — nome literário associado à Condessa —, lido pela crítica feminista como poesia amorosa a mulheres. Como assinalam Arenal e Powell, esses poemas reelaboram vocabulários para afirmar uma autoridade feminina de saber e afeto, abrindo espaço discursivo para pensar amor e sexualidade entre mulheres na Nova Espanha (Arenal; Powell, 1994).

No debate historiográfico, destacam-se duas frentes. De um lado, a cautela historicizante de Octavio Paz, para quem a vitalidade da poesia amorosa é inegável, mas deve ser interpretada à luz dos códigos barrocos e das convenções literárias; Paz reconhece a intensidade do vínculo e o papel central do mecenato, sem converter isso em "prova biográfica" de erotismo explícito (Paz, 1982). De outro lado, leituras feministas e queer acentuam a dimensão amorosa: Alicia Gaspar de Alba propõe "desmoldar" as narrativas

normativas e ler Sor Juana em confronto com gramáticas patriarcais e heteronormativas (Gaspar De Alba, 2014).

A contribuição de María-Milagros Rivera Garretas consolida o arco que vai do documento à poética. Em *Enigmas de la Casa del Placer* (Rivera Garretas, 2018), a autora contextualiza os *Enigmas* e sublinha a rede feminina e o imaginário do prazer como chaves para a sociabilidade letrada sorjuanina; em *Mujeres que no son de este mundo* (Rivera Garretas, 2019), ensaia uma biografia poética em que a relação Sor Juana–Paredes emerge como amor central, lendo poemas e paratextos como indícios convergentes de um pacto afetivo-intelectual. Embora interpretativos, esses livros dialogam de perto com a documentação disponível e com a bibliografia recente.

Do ponto de vista documental, Cartas de Lysi dá o lastro adicional: além do léxico de admiração, a carta de 1682 perfila a biografia de Sor Juana (…queriendo huir los riesgos del mundo… se entró en las carmelitas… con que se pasó a San Jerónimo: Calvo; Colombi, 2015, p. 178), articulando vida de clausura e logística de visitas que conectavam o convento ao circuito cortesão — uma das infraestruturas femininas de circulação que favoreceram a projeção de *Inundación castálida* em Madrid (Lavrín, 1995; Burns, 1999).

Em termos metodológicos, a hipótese amorosa se sustenta no cruzamento de três eixos: (1) a epistolografia (cartas de Paredes, com verificação de páginas e léxico); (2) a poética dirigida a mulheres (leitura de Powell e de outras sorjuanistas); e (3) a história social do claustro (Lavrín, 1995; 2008; Burns, 1999), que mostra como conventos e mecenato feminino criavam zonas ambíguas de sociabilidade onde afetos e alianças podiam escapar ao dispositivo heteronormativo sem se enunciar frontalmente.

A soma desses vetores não prova, em sentido positivista, um romance ao molde moderno; mas eleva a plausibilidade da leitura amorosa e, sobretudo, expõe a política do arquivo: muito do que diz respeito a desejos e vínculos entre mulheres foi filtrado por convenções retóricas e por curadorias coloniais — precisamente o que edições e estudos recentes vêm desestabilizando. Nessa chave, o dossiê epistolar, as poesias para Lysi e o enquadramento teórico feminista formam um campo de evidências convergentes: a relação entre Sor Juana e a Condessa pode ser lida, com fundamento crítico, como uma história de amor, sustentada pelo testemunho das cartas, pelo léxico de intimidade dos poemas e pela materialidade das redes de circulação que a própria Condessa capitaneou.

Por fim, estudos de Asunción Lavrín (1995; 2008), Kathryn Burns (1999) e Gabriela Cano (2010) mostram que, em conventos e redes patronais, relações afetivas e alianças políticas entre mulheres podiam adquirir densidade erótica, operando como espaços de resistência simbólica à matriz heteropatriarcal do colonialismo ibérico — cenário no qual a experiência sorjuanina se torna exemplar.

Um olhar comparativo ajuda a dimensionar o alcance regional das conclusões. No vice-reino do Peru, a articulação entre clausura e circulação de saberes aparece em chave própria: além do papel econômico e simbólico dos conventos mapeado por Burns, práticas devocionais e visuais configuraram repertórios de mediação afetiva e política (Burns, 1999; 2008; Stanfield-Mazzi, 2013). No México, os estudos de Lavrín e, mais recentemente, de Kirk, evidenciam a variedade institucional (ordens, regras, regimes de clausura) e seus efeitos sobre formas de escrita e patronato (Lavrín, 1995; Kirk, 2018).

Em paralelo, pesquisas sobre autoras e copistas indígenas e mestiças mostram negociações de voz e autoridade no interior do claustro (Díaz, 2010). No Cone Sul e no Chile, as interfaces entre religião, imprensa e esfera pública apontam sociabilidades femininas que operaram como infraestruturas discretas de circulação letrada (Stuven, 2013). Esse quadro comparativo reforça que a hipótese central — redes femininas como condição de possibilidade para autoria e circulação — não é peculiar ao caso sorjuanino, mas reaparece, com variações locais, em outros contextos coloniais. Assim, a leitura proposta para Sor Juana ganha lastro regional sem perder a especificidade novohispana.

### *3. Fontes primárias, arquivos coloniais e desafios metodológicos para a historiografia feminista*

A escrita da história das mulheres na América Hispânica colonial enfrenta um desafio que ultrapassa a simples ausência de documentos: trata-se de uma invisibilidade produzida ativamente pelos próprios mecanismos de registro e preservação. Como observa Kathryn Burns, o próprio arquivo deve ser historicizado — isto é, compreendido como artefato político, forjado por relações de poder que definem o que é registrado, como é registrado e o que é silenciado (Burns, 2010, p. 4). Essa leitura converge com Ann Laura Stoler, para quem o arquivo colonial é um campo de poder permeado por afetos, tensões e omissões deliberadas (STOLER, 2009), e com Antoinette Burton, que ressalta como as hierarquias de gênero, raça e

classe que estruturaram a produção documental continuam a moldar a pesquisa contemporânea (Burton, 2003).

Michel-Rolph Trouillot (1995) acrescenta que o silenciamento é constitutivo da produção histórica e opera em diferentes etapas — da criação das fontes à sua interpretação. Para a historiografia feminista, isso implica reconhecer que a "falta" documental não é um vazio neutro, mas o efeito de escolhas políticas e culturais. Em chave teórica, Joan Scott (1986) mostrou que gênero é categoria de análise não apenas porque registra desigualdades, mas porque organiza os próprios sistemas de significados que as sustentam.

Os processos recentes de digitalização — como o Portal de Archivos Españoles (PARES) e a Biblioteca Digital del Patrimonio Iberoamericano — ampliaram o acesso, sem alterar os critérios seletivos originais. O que não foi registrado ou não sobreviveu dificilmente será "recuperado" pela digitalização. Além disso, a chamada curadoria digital tende a reproduzir o viés do arquivo físico: títulos, descritores e metadados priorizam atores masculinos, instituições e eventos ligados às elites coloniais, enquanto invisibilizam mulheres comuns, religiosas sem projeção, mulheres negras e indígenas. Assim, tecnologias que prometem democratização do acesso continuam a operar sob lógicas seletivas herdadas.

No caso específico da produção sorjuanina, (ver § 2.1.1) a visibilidade pública dependeu de mediações femininas e de redes de circulação que funcionavam, com frequência, em espaços não públicos — cartas, manuscritos, crônicas conventuais, paratextos. Esses circuitos de circulação restrita escapavam parcialmente ao controle das autoridades, mas não à vigilância difusa da ordem colonial; daí a necessidade de lê-los como atos performativos (BURNS, 2010), atentos às convenções de gênero e à economia moral que regeu sua produção.

Essa perspectiva exige, ainda, uma crítica às condições materiais e técnicas da pesquisa. O trabalho com fontes coloniais supõe paleografia (espanhol áureo, latim, línguas indígenas), diplomática e repertório teológico-jurídico; sem isso, multiplicam-se anacronismos e falsas equivalências semânticas (por exemplo, tomar amistad particular e afecto espiritual como sinônimos diretos de categorias modernas de sexualidade).

Por isso, a crítica feminista latino-americana — de Lavrín, Socolow e Mannarelli — propõe articular história social do claustro, economia do impresso e análise retórico-afetiva

(Lavrín, 1995; 2008; Socolow, 2000; Mannarelli, 1999). Em diálogo com as epistemologias decoloniais, María Lugones (2008) mostra que a colonialidade de gênero reconfigurou hierarquias de sexo/raça e reordenou o que podia ou não ser dito e preservado; Ochy Curiel (2013) explicita como regimes jurídicos e discursivos normatizam a heterossexualidade e impactam a própria legibilidade dos afetos.

Para tornar essa perspectiva operativa e replicável, o mini-protocolo abaixo traduz a crítica do arquivo em procedimentos concretos, passíveis de auditoria e reaplicação em outros acervos. A lógica é simples: se o arquivo colonial seleciona e silencia, a pesquisadora precisa deslocar o foco para zonas onde as mulheres costumam aparecer de modo lateral e fragmentário — nomes variáveis, vínculos de parentesco, cargos e ofícios pouco valorizados, e sobretudo paratextos (licenças, dedicatórias, pareceres), entendidos aqui como atos performativos de poder (BURNS, 2010). Ao mesmo tempo, é crucial documentar o próprio método, registrando escolhas e lacunas para explicitar em que etapas do processo se produzem (ou se reproduzem) silenciamentos — exatamente o que Trouillot chamou de momentos do silêncio na fabricação da história (Trouillot, 1995).

Em termos práticos, cada passo do protocolo responde a um ponto cego recorrente do arquivo: (1) o rastreamento onomástico compensa a volatilidade dos nomes femininos (grafias variantes, nomes religiosos, patronímicos), reduzindo falsos negativos; (2) o parentesco como metadado captura presenças que surgem apenas como esposa de, filha de ou sob títulos femininos, convertendo relações sociais em chaves de busca; (3) o cruzamento entre função e ofício (por exemplo, professa + copista/bibliotecária) identifica trabalho intelectual invisibilizado por descritores exclusivamente religiosos; (4) a leitura de paratextos (prólogos, licenças, dedicatórias, pareceres, registros notariais) recompõe mediações e hierarquias que o corpo do texto tende a naturalizar (BURNS, 2010); e (5) a documentação do método — critérios de busca, exclusões, incertezas — cria um rastro auditável que torna visíveis silêncios e vieses gerados no próprio processo heurístico (Trouillot, 1995).

Do ponto de vista de boas práticas, recomenda-se: anotar variantes de nome e suas fontes; confirmar identidades por triangulação de data/lugar/rede; marcar incertezas (p.ex., “? homônimo”) até obter confirmação; registrar negativos heurísticos (“busca sem achados”) para evitar círculos viciosos; e justificar toda normalização terminológica (p.ex., quando optar por manter *amistad particular* como categoria de época). Com isso, o protocolo não apenas

mitiga os efeitos da curadoria digital e dos filtros coloniais, como também transforma a restrição em dado analítico, permitindo reconstruir constelações femininas de produção e circulação de saberes com maior rigor e transparência (ver aplicação ao longo do artigo).

Por essa via, o exame crítico de fontes primárias e do próprio arquivo — enquanto campo de poder, espaço de disputa e dispositivo seletivo — permite recolocar Sor Juana não apenas como autora, mas como nó de redes femininas que operavam entre registros formais e informais. Cartas, patronatos e alianças conventuais revelam uma circulação de saberes que escapava parcialmente ao controle colonial, mas dependia de mediações estratégicas para se manter. Essa leitura, ancorada na historiografia feminista e decolonial, prepara o terreno para a síntese interpretativa da trajetória sorjuanina, das suas condições de produção e das implicações políticas e metodológicas de sua obra (ver § 2.1.1).

*Considerações finais*

Ao revisitar a trajetória e a obra de Sor Juana Inés de la Cruz, situamo-la não como exceção isolada, mas como nó de um tecido transnacional de mulheres letradas que operaram nos interstícios do poder colonial. Sua escrita aparece, nesse quadro, como prática epistemológica situada: resultado de um equilíbrio tenso entre devoção e afirmação autoral, entre clausura e circulação transatlântica, sustentado por infraestruturas femininas de mediação (mecenato, redes epistolares, paratextos) e por táticas discursivas capazes de atravessar filtros morais e institucionais.

O diálogo com a historiografia feminista foi decisivo para essa reinterpretação. Socolow recoloca o gênero como construção social que molda papéis, registros e legitimidades (Socolow, 2000); Lavrín demonstra que as fontes coloniais obedecem a um viés normativo, exigindo que os silêncios sejam tratados como dados (Lavrín, 1995; 2008); Mannarelli evidencia como a educação feminina, ainda que restrita, foi apropriada como instrumento de autonomia (Mannarelli, 1999). No plano arquivístico, Burns nos previne contra leituras ingênuas ao conceber o arquivo como artefato histórico e performance do poder (BURNS, 2010), o que torna exemplar o caso sorjuanino: sua consagração dependeu de mediações editoriais e de mecenato feminino. Em chave teórico-crítica, Lugones explicita a colonialidade de gênero como imbricação de raça e gênero nas tecnologias de dominação (Lugones, 2008), enquanto Ludmer oferece, com as tretas do fraco, um vocabulário para compreender táticas de acomodação e fricção que atravessam a Respuesta (Ludmer, 1984). A

esse conjunto somam-se leituras que recentram afetos e alianças entre mulheres na interpretação de Sor Juana — de Rivera Garretas (2018; 2019), que propõe uma hermenêutica do prazer e de redes femininas, a Gaspar de Alba (2014), que confronta as gramáticas patriarcais e heteronormativas da recepção.

As análises sugerem três frentes de pesquisa. (1) Mapear sistematicamente matronatos e mediações culturais na Ibero-América, passando do gesto de patronagem isolado a constelações de autoridade e reciprocidade que conectavam claustros, cortes e imprensas; (2) Comparar redes manuscritas e impressas protagonizadas por mulheres (paratextos, licenças, dedicatórias, pareceres), articulando história do livro, diplomática e crítica textual; (3) Investigar alianças conventuais como infraestruturas políticas e afetivas, onde se negociavam regimes de saber e de legitimidade em tensão com a moral eclesiástica. Esse deslocamento da exceção para a estrutura ajuda a reconstituir os circuitos pelos quais a autoria feminina se fez visível sob vigilância patriarcal.

Tais investigações supõem enfrentar barreiras técnicas (paleografia em espanhol áureo, latim e línguas indígenas; diplomática; repertório teológico-jurídico), evitar anacronismos — sobretudo nas dimensões afetivas e sexuais — e problematizar curadorias digitais que podem reproduzir hierarquias coloniais. Impõem, ainda, transparência metodológica (explicitar mediações, lacunas, normalizações) e a democratização da formação técnica, sob pena de substituirmos silêncios coloniais por silêncios acadêmicos.

Como desdobramento prático imediato, o mini-protocolo aqui proposto foi concebido para aplicação em fundos do Peru/Andes (Burns, 1999; 2008; Stanfield-Mazzi, 2013), do Rio da Prata e do Brasil (Socolow, 2015; Stuven, 2013), com adaptação de descritores aos regimes notariais e eclesiásticos locais. Operacionalmente, recomenda-se constituir equipes que integrem paleografia, diplomática e crítica textual; registrar negativos heurísticos e critérios de normalização; e publicar anexos metodológicos, permitindo replicação, auditoria e acumulação cumulativa de achados. Essa arquitetura processual favorece a construção de séries comparáveis e oferece base empírica para testar a robustez da hipótese das redes femininas de mediação — do convento à tipografia, do manuscrito ao paratexto.

Por fim, sublinhamos a natureza hipotética — ainda que robusta — da leitura amorosa Sor Juana–Paredes: trata-se de uma hipótese com base convergente em três eixos

complementares (epistolografia, poética dirigida a “Lysi”, sociabilidades conventuais), não de prova no sentido positivista. Essa prudência não enfraquece a interpretação; ao contrário, explicita critérios e limites, permitindo nomear o que o arquivo tentou neutralizar sem projetar categorias modernas de modo anacrônico. Nesses termos, a contribuição do artigo é oferecer um pacto de leitura verificável, no qual escolhas filológicas e teóricas são rastreáveis e replicáveis em outros acervos coloniais.

Em síntese, pensar Sor Juana hoje é pensar uma tensão produtiva: entre silêncio e voz, clausura e circulação, obediência e invenção. Lida com instrumentos feministas e decoloniais, sua obra não apenas ilumina o passado, mas reconfigura o horizonte da historiografia, ao reivindicar uma história mais plural — capaz de reconhecer agências distribuídas, infraestruturas femininas de circulação e o arquivo como campo de disputa. A lição sorjuanina não é a do gênio solitário: é a de uma inteligência em rede, cujas estratégias e alianças continuam a nos ensinar como ler, pesquisar e habitar criticamente a história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENAL, Electa; POWELL, Amanda. *Sor Juana Inés de la Cruz: Selected Poetry and Prose*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1994.

ARENAL, Electa; SCHLAU, Stacey (org.). *Untold Sisters: Hispanic Nuns in Their Own Works*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1989. Rev. e ampl., 2009.

BIBLIOTECA DIGITAL DEL PATRIMONIO IBEROAMERICANO. Disponível em: http://www.iberoamericadigital.net/. Acesso em: 13 ago. 2025.

BIBLIOTECA VIRTUAL MIGUEL DE CERVANTES. Sor Juana Inés de la Cruz. Disponível em: https://www.cervantesvirtual.com/portales/sor_juana_ines_de_la_cruz/. Acesso em: 13 ago. 2025.

BURTON, Antoinette. *Archive Stories: Facts, Fictions, and the Writing of History*. Durham: Duke University Press, 2003.

BURNS, Kathryn. *Colonial Habits: Convents and the Spiritual Economy of Cuzco, Peru*. Durham; London: Duke University Press, 1999.

BURNS, Kathryn. *Into the Archive: Writing and Power in Colonial Peru*. Durham; London: Duke University Press, 2010.

BUTLER, Judith. *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004.

CALVO, Hortensia; COLOMBI, Beatriz (org.). *Cartas de Lysi: la mecenas de Sor Juana Inés de la Cruz en correspondencia inédita*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert; México, D.F.: Bonilla Artigas Editores, 2015.

CANO, Gabriela. *Se llamaba Elena Arizmendi*. México, D.F.: Tusquets, 2010. (Colección Centenarios, 8).

CRUZ, Sor Juana Inés de la. *Carta atenagórica y Respuesta a Sor Filotea de la Cruz*. Madrid: Linkgua Ediciones, 2024.

CRUZ, Sor Juana Inés de la. *Obras completas*. t. I–III. Ed. Alfonso Méndez Plancarte. México: Fondo de Cultura Económica, 1951–1957.

CRUZ, Sor Juana Inés de la. *Obras completas*. t. IV: *Comedias, sainetes y prosa*. Ed. Alberto G. Salceda. México: Fondo de Cultura Económica, 1957.

CURIEL, Ochy. *La nación heterosexual: Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Bogotá: Brecha Lésbica, 2013.

DÍAZ, Mónica. *Indigenous Writings from the Convent: Negotiating Ethnic Autonomy in Colonial Mexico*. Tucson: University of Arizona Press, 2010.

GASPAR DE ALBA, Alicia. *Sor Juana's Second Dream: A Politics of Literary Transculturation*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1999.

GASPAR DE ALBA, Alicia. *[Un]framing the "Bad Woman": Sor Juana, Malinche, Coyolxauhqui and Other Rebels with a Cause*. Austin: University of Texas Press, 2014.

HARRY RANSOM CENTER. *Dorothy Schons Papers, 1913–1960*. Austin: The University of Texas at Austin. Disponível em: https://www.hrc.utexas.edu/. Acesso em: 13 ago. 2025.

IBSEN, Kristine. *Women's Spiritual Autobiography in Colonial Spanish America*. Gainesville: University Press of Florida, 1999.

KIRK, Stephanie L. *Convent Life in Colonial Mexico: A Tale of Two Communities*. Gainesville: University Press of Florida, 2018.

LAVRÍN, Asunción. *Brides of Christ: Conventual Life in Colonial Mexico*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

LAVRÍN, Asunción. *Entre monjas y beatas: la vida religiosa femenina en la América Hispana, siglos XVII y XVIII*. México: Fondo de Cultura Económica, 2008.

LAVRÍN, Asunción. Women in Convents: Their Economic and Social Roles in Colonial Mexico. *The Americas*, v. 25, n. 3, p. 281–301, jan. 1969. DOI: https://doi.org/10.2307/980183.

LUDMER, Josefina. Las tretas del débil. In: _____. *La sartén por el mango: encuentro de escritoras latinoamericanas*. San Juan: Ediciones Huracán, 1984. p. 47–54.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73–102, jul./dez. 2008. DOI: https://doi.org/10.25058/20112742.340.

MANNARELLI, María Emma. *Las mujeres y sus propuestas educativas, 1870–1930*. Lima: Derrama Magisterial, 2013.

MANNARELLI, María Emma. *Pecados públicos: la ilegitimidad en Lima, siglo XVII*. Lima: Ediciones Flora Tristán, 1999.

MERRIM, Stephanie. *Early Modern Women's Writing and Sor Juana Inés de la Cruz*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1999.

MERRIM, Stephanie (org.). *Feminist Perspectives on Sor Juana Inés de la Cruz*. Detroit: Wayne State University Press, 1999.

PAZ, Octavio. *Sor Juana Inés de la Cruz o las trampas de la fe*. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

PORTAL DE ARCHIVOS ESPAÑOLES (PARES). Disponível em: https://pares.culturaydeporte.gob.es/. Acesso em: 13 ago. 2025.

PROJECT VOX. *Sor Juana Inés de la Cruz*. Durham, NC: Duke University, 2024–. Disponível em: https://projectvox.org/. Acesso em: 13 ago. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201–246.

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs*, Chicago, v. 5, n. 4, p. 631–660, 1980. DOI: https://doi.org/10.1086/493756.

RIVERA GARRETAS, María-Milagros. *Enigmas de la Casa del Placer*. Madrid: Sabina Editorial, 2018.

RIVERA GARRETAS, María-Milagros. *Mujeres que no son de este mundo*. Madrid: Sabina Editorial, 2019.

SCHONS, Dorothy. Some Obscure Points in the Life of Sor Juana Inés de la Cruz. *Modern Philology*, v. 24, n. 2, p. 141–162, nov. 1926. DOI: https://doi.org/10.1086/386236.

SCOTT, Joan W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *American Historical Review*, v. 91, n. 5, p. 1053–1075, 1986. DOI: https://doi.org/10.2307/1864376.

SMITH, Bonnie G. *The Gender of History: Men, Women, and Historical Practice*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.

SOCOLOW, Susan Migden. *The Women of Colonial Latin America*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. (New Approaches to the Americas).

STANFIELD-MAZZI, Maya. *Object and Apparition: Envisioning the Christian Divine in the Colonial Andes*. Tucson: University of Arizona Press, 2013.

STOLER, Ann Laura. *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

STUVEN, Ana María. *Mujeres, religión y poder en el Chile del siglo XIX*. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2013.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

ÚRSULA DE JESÚS. *The Souls of Purgatory: The Spiritual Diary of a Seventeenth-Century Afro-Peruvian Mystic*. Trad. e ed. Nancy E. van Deusen. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.